

Norte Fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas

Delma Pessanha Neves*

Resumo – Neste artigo, analisam-se investimentos políticos capitaneados por jornalistas de imprensa regional na construção de visão de mundo que mobilize a adesão e o consentimento de leitores, mas, principalmente, a atenção diferenciada de agentes do aparato estatal quanto à redistribuição de recursos que viabilizem a acumulação capitalista, em tese portadora de efeitos sobre o bem-estar comum. Focaliza-se um contexto político de intervenção estatal legitimada por pressupostos técnicos fundamentados em discursos de jornalistas que tentam fazer reconhecer o Norte Fluminense como uma região ampla e aglutinada, marcada por uma pobreza intensificada pela falta de prioridade do governo federal. Destacam-se, dos textos tomados como expressão de arenas políticas, os modos de construção de territorialidades, manifestações sintéticas de desígnios de disputas sociais.

Palavras-chave: reivindicações políticas; regionalismo; jornalismo; intervenção estatal; sistemas de representações; Rio de Janeiro.

Até a década de 1950, aproximadamente, em raríssimas ocasiões, o termo “norte fluminense” era utilizado para qualificar uma região. Recorrentemente, na forma “norte fluminense” ou “norte do Estado do Rio”, assinalava a localização de um espaço físico. Exemplificando:

(...) O ano de 1943 ficou marcado pela inauguração de uma grande obra que muito veio impulsionar toda esta região norte fluminense, com especialidade o

município de Campos: a rodovia Amaral Peixoto, ligando Niterói, capital do estado, a Campos. Esse acontecimento se revestiu da gran-diosidade dos seus objetivos de ordem econômica, tendo (-o) realçado a presença, em Campos, do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, Ernani do Amaral Peixoto, interventor federal. (...)
(Monitor Campista, 04/01/1945, p.1)

A evocação do termo para designação de um espaço físico homogeneizado pelo atributo

* Antropóloga, Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF e Pesquisadora do CNPq.
E-mail: mdebes@provide.psi.br

de região fazia aparecer concorrências em torno da classificação. Provocava resistência por parte de certos agentes econômicos e políticos, propriamente os que podiam ou se arrogavam o direito de se expressarem publicamente. Desprezando o sentido de tal nomeação encapuladora, eles investiam no reconhecimento de outros termos classificatórios: região do Vale do Itabapoana, região do Noroeste Fluminense.

A luta pelo reconhecimento de similaridades dos problemas e soluções enfrentadas pela população que habita o norte do Estado do Rio, mas também o sul do Espírito Santo, tem uma profundidade no tempo. Em outros contextos históricos, toda a área referida era delimitada como uma só unidade social e político-administrativa. A diferenciação em regiões configurou atenções distintas por parte da administração centralizada (tanto da Coroa Portuguesa, quanto dos governos imperial e republicano) bem como redistribuição pulverizada e desigual de recursos financeiros. Embora admitindo a separação ou a distinção físico-administrativa, alguns de seus habitantes – que ocupavam posições que presupunham a construção de identidades sociais (regionais) e defesa de interesses públicos – reivindicavam atendimentos idênticos. (Ferreira de Almada, 1984)

Por volta do início da segunda metade do século XIX, a cultura do café ocupava toda a área que hoje é definida como pertencente à maior parte dos municípios do Noroeste

Fluminense. Como as relações de produção e comercialização do café não respeitavam essas fronteiras, a vida social da população aí localizada desconsiderava os limites político-administrativos. Ao final da década de 1960, quando se implantou o processo de erradicação dos cafezais considerados improdutos, toda a população aí sediada enfrentou as mesmas dificuldades e adotou assemelhadas soluções informais, notadamente a migração para os centros urbanos.¹ Contudo, logo a seguir, os gestores técnicos do Instituto Brasileiro do Café desconsideraram as condições de produção no Estado do Rio, apontando a pecuária como atividade mais viável para substituição da produção do café. O estado do Espírito Santo foi beneficiado com programas de replantio de cafezais sob condições técnicas mais viáveis e competitivas e recebeu estímulo à diversificação agrícola. Data desse período, de intervenção diferenciada por técnicos do aparato estatal, a intensificação do discurso político que sistematiza e tenta fazer reconhecer o Norte Fluminense como uma região ampla, aglutinada pela mesma pobreza, e ainda intensificada pela falta de atenção do governo federal.

Quero destacar a importância desses processos para a compreensão de modos relativamente recentes de organização da população no Estado do Rio de Janeiro.

A composição populacional da região do Grande Rio é caudatária do intenso processo migratório de grande parte dos habitan-





tes em alguns municípios que, até 1987, eram qualificados como pertencentes à região Norte Fluminense.

O texto transcrito a seguir de reportagem jornalística exemplifica bem os princípios de elaboração de demandas coletivas em consonância com as adversidades

que, ao se abaterem sobre um município, são espelhos das que ocorrem nos demais. A extensão do problema corresponde à construção de expectativas para a escuta e tomada de posição por parte dos representantes privilegiados das instituições que compõem o aparato estatal:

Tabela 1
População dos Municípios do Norte do Estado do Rio de Janeiro entre 1950 e 1980

Municípios do Norte do Estado do Rio Janeiro	1950	1970	1980
Bom Jesus do Itabapoana	31.852	29.876	28.733
Cambuci	38.670	24.591	21.228
Campos	200.327	285.440	320.868
Conceição de Macabu	9.153	11.560	13.624
Itaocara	24.069	22.264	21.310
Itaperuna	75.011	61.817	64.307
Laje de Muriaé	11.170	8.538	7.515
Macaé	27.839	47.221	59.397
Miracema	18.722	21.370	22.241
Natividade do Carangola	26.191	20.410	20.174
Porciúncula	14.670	12.436	13.656
Santo Antonio de Pádua	38.060	31.498	34.110
São Fidélis	43.869	35.143	34.976
São João da Barra	12.782	15.736	18.665

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1950, 1970, 1980.

Tabela 2
População dos Municípios do Grande Rio entre 1950 e 1980

Municípios do Grande Rio	1950	1970	1980
Duque de Caxias	92.459	434.654	580.893
Itaboraí	30.228	66.130	116.161
Itaguaí	21.817	55.839	90.162
Magé	36.761	113.965	168.135
Nova Iguaçu	145.649	731.814	1.101.627
Nilópolis	46.406	128.948	152.974
Niterói	186.302	330.396	408.519
Rio de Janeiro	2.377.451	4.315.746	5.183.992
São Gonçalo	127.276	433.985	620.473
São João de Meriti	76.462	304.817	402.335

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1950, 1970, 1980.

Em conjunto, (...) esses municípios apresentam uma problemática comum, o que exige uma análise integrada da situação, em que pese certas peculiaridades de alguns deles.

É cada vez mais visível o galopante processo de esvaziamento econômico da região, o que tem acentuado, de modo alarmante, os desequilíbrios e tensões sociais, sem contar com a sensível perda de sua influência política no cômputo geral do Estado. Pesquisas recentes revelam que a população da área vem apresentando um perfil inverso ao que ocorre com a população brasileira, de um modo geral.

(...) o peso excessivo das pessoas mais idosas no conjunto da população, num país com elevada taxa de natalidade, só poderia ocorrer por força de uma acentuada migração de pessoas na idade ativa, o que caracteriza a área como expulsora de população.

(...) a intensificação desse processo migratório deve ser analisada como indicador da fragilidade da opção econômica da região. Por um lado, o êxodo rural cria problemas no que diz respeito à mão-de-obra na zona rural e contribui para o agravamento dos problemas urbanos, como se pode observar no caso típico da “inchação” do Grande Rio e do aumento do número de favelas em Campos.

Como consequência desse quadro, aduziu o político, “os noticiários estampam, diariamente, os dramas dessa população marginal, seja através de manifestações de criminalidade, ou através de movimentos denunciadores da tensão social como, por

exemplo, recentes greves de trabalhadores rurais e pescadores, lutando, desesperadamente, para garantir sua subsistência.

Por outro lado, complementando seu raciocínio, Hélio Coelho diz que “as dificuldades também atingem os empresários, pecuaristas e fornecedores de cana da região. Cada qual, à sua moda, apresenta suas queixas e reivindica mais atenção governamental para seus respectivos setores. Sem entrar no mérito dessas alegações, o fato é que a crise alcança a todos, indiscriminadamente, se bem que, em última instância, os mais sacrificados sejam as camadas populares. (Folha da Manhã, 18/09/1980, p.8.) [Reportagem comentando e divulgando discurso de vereador na Câmara Municipal de Campos]

O termo Norte-Fluminense ou Norte Fluminense (formas equivalentes de grafia) só foi oficialmente incorporado como região mais abrangente da metade da década de 1970 até o final da década de 1980, quando o governo estadual, para efeitos de elaboração de planos de desenvolvimento regional, adotou outra nomenclatura e subdivisão: Norte Fluminense e Noroeste Fluminense.

Localizada na Região Sudeste – esta, para efeitos dessa territorialização, sempre contra-posta como a mais desenvolvida do país –, a Região Norte Fluminense ou Norte-Fluminense, mediante o privilegiamento de determinados atributos sociais, agregava 14 municípios, tendo no de Campos² o pólo econômico e político: Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do



Muriaé, Natividade, Porciúncula, Campos, São Fidélis, São João da Barra, Macaé, Conceição de Macabu, Cambuci, Miracema, Santo Antonio de Pádua e Itaocara.

Neste artigo, por meio da análise de processos de luta por designação de um espaço social enquanto região, proponho-me resgatar alguns dos meandros da elaboração coletiva de projetos políticos feita por representantes (direta ou indiretamente) delegados a construir interesses comuns, mormente entre empresários (sediados nos municípios fluminenses aqui considerados), gestores de instâncias estatais, políticos profissionais e jornalistas.

Imprensa regional, desenvolvimento econômico e intervenção estatal

Em meio às múltiplas alternativas possíveis para a objetivação da análise proposta, optei pela valorização de espaços sociais de exercício do poder político, mas constituídos pela e a partir da imprensa escrita. Os jornalistas, assim atores políticos privilegiados, reivindicam para si a construção de engajamento e a visibilidade de grupos de pressão e de adesão, bem como o reconhecimento de que, por sua dedicação sistemática à produção de textos e registros, são dotados da melhor visão para o direcionamento de sentidos e abrangência de processos sociais. Portanto, para a análise proposta, coloco-me diante de jornalistas que desempenham papéis especiais: o de articuladores e

intelectuais orgânicos (Gramsci, 1978), em comunhão de interesses com agentes produtivos hegemônicos; o de difusores ou juizes das ações a serem implementadas por instituições estatais; o de coautores ou benfeitores na constituição de formas de ordenação social que assegurem reprodução aos projetos políticos e facilitem a institucionalização de conquistas.

A imprensa escrita, com destaque para a que também opera a partir de territorializações de áreas de abrangência, isto é, sob processo de regionalização, apresenta-se como um campo de expressão de expectativas comuns. Institucionaliza um universo de relações interdependentes propiciadoras de sintonias ou confluências de certos pontos de vista, destacadamente os que suportam o investimento empresarial (o empresário freqüentemente também é jornalista, isto é, trata-se de jornal de jornalistas). Agrega, então, os que acatam a mesma identidade de pertencimento.

Para efeitos de criação de contornos inerentes à análise por mim proposta, levo em conta os textos publicados sob a forma de reportagens, editoriais (julgamentos) e comentários explicitamente assumidos pela direção do jornal. Portanto, não considero a produção em si, mas o serviço ao final prestado, nos termos em que os autores autorizaram o consumo público do texto ou que desejaram que fossem compreendidos. Ênfase, então, as formas de elaboração de temáticas e questões, os estilos de redação, a orientação de sentidos do que se deseja tornar reconhecido pelo público; ou do

que se deseja dar a ver e a reconhecer (Champagne, 1990). Por fim, destaco os interlocutores explícitos ou implícitos que são evocados e referenciam o universo social que subjaz à construção dos textos.

Os jornais de caráter regionalista, relativamente àqueles editados em centros político-administrativos que comportam diferenciações complexas de divisão social de trabalho, destacadamente a de caráter intelectual, constituem-se patrimônios de fragmentos de história, ou melhor, de certos aspectos de eventos que podem vir a compor história e memória regionais. Apresentando-se como alguns dos poucos intelectuais locais, os jornalistas que, sob tal condição, colocam em prática seu ofício, exercem inúmeros papéis, muitos deles em princípio contraditórios: são mediadores privilegiados no deslocamento de questões para outros universos sociais e são profissionais da indagação ou do questionamento. Por isso, atribuem-se os papéis de educador, conselheiro ou assessor, bastiões de valores éticos e do reclamado bem comum ou da reivindicada opinião pública.

Ao destacar dos textos jornalísticos os modos de construção de territorialidades como expressão sintética de desígnios (intentos) de disputas sociais, comungo da concepção sociológica de região elaborada por Bourdieu (1980). Neste artigo então, o termo “região”, menos que possibilidade da alegada expressão de propósitos de qualificação política de espaço supostamente homogêneo de elementos

naturais – clima, relevo, vegetação, hidrografia – cuja influência se sobrepõe à ação humana – ou de elementos econômicos – indicadores selecionados para produzir este efeito de aproximação, abarca a delimitação de espaços ou arenas políticas. Para alcançar eficácia designatória e hegemônica, o termo, cuja construção é parte do processo de imposição de percepção social de mundo, deve, todavia, ser aceito como uma totalidade generalizada, isto é, um dado que evoca imediatamente fronteiras político-administrativas, em tese visíveis porque oficiais.

Os princípios de representação que tornam reconhecidas as regiões refletem um jogo maniqueísta e polarizado que agentes sociais colocam muito freqüentemente em prática; revelam as concepções a partir das quais eles tentam orientar a modelização de instituições do Estado, sobretudo pelo padrão desenvolvimentista ou intervencionista. Exprimem a concorrência na criação de pautas de ações governamentais que referenciem a administração de recursos apropriados segundo a definição de um suposto bem público. Assim sendo, revelam como as instâncias estatais podem ter papel de mediação importante na construção de projetos que conformam a relação entre segmentos da sociedade referidos a um mesmo sistema de concentração e redistribuição de recursos materiais e simbólicos. As concepções de território ou região estão assim articuladas a possíveis definições do Estado (Raffestin, 1986; Lefebvre, 1977) e correspondem a contextos específicos de manifestação dessa relação.



Por isso são datadas historicamente e espelham conjunturas provisórias.

Portanto, torna-se fundamental à elaboração de suportes metodológicos para a análise, o reconhecimento de que a construção social dos atributos conferidos à região su-bentende operações lógicas de conversão dos significados em dados objetivados ou reificados. Tais atributos delimitam uma concepção de região pela aceitação de que o termo reporta-se a um sistema de poder. Por esse ponto de vista, torna possível, por um lado, entender quem ocupa posição para delimitá-la simbólica e geograficamente. Por outro lado, esclarecer que os princípios de concepção em causa criam referências para compreensão de outros sistemas entrelaçados de definição dos limites ou modos relacionais de construção de territorialidades. Como os próprios princípios são também produtos de operações coletivas ou políticas, sua eficácia deve ser valorizada pela demonstração da amplitude das adesões, no caso, da comunhão do sentido de pertencimento a uma unidade coletiva. Levando-se em conta um conjunto de possíveis princípios de afiliação, a análise não pode deixar de contemplar o reconhecimento de que a concepção hegemônica nem sempre corresponde à delimitação jurídica do território ou do espaço ocupado, considerando outros modos possíveis de sua apropriação; da mesma forma, nem sempre corresponde à homogeneidade de critérios quantificáveis, caso o objetivo fundamental seja a constru-

ção de um campo e de uma arena políticas (Bailey, 1970; Swartz, 1968).

Em termos temporais, a análise se localiza num período de transformações sociais que se expressaram na reconversão ou diversificação de parte dos meios de produção acumulados e imobilizados na cafeicultura e na cultura canavieira, através da aplicação na pecuária de corte e de leite, tal como impuseram as decisões técnico-políticas do governo federal. Foi esse também período de objetivação de transformações nas formas de organização político-administrativa, reveladoras de condições diversas de estruturação das instituições estatais. Nesse caso, tais mudanças afirmaram-se sob o ideário do Estado intervencionista, legitimado pela elaboração de planos regionais construídos mediante diagnósticos técnicos e implementados por incentivos fiscais, cuja solução paradigmática se cristalizou nas superintendências (p.ex.: Superintendência do Desenvolvimento do Norte – Sudan; e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene).

Nessas transformações, para o caso aqui estudado, dois desdobramentos de um mesmo longo processo se objetivaram. Um, decorrente da construção de uma concepção de Estado cuja ação se fundamentou na cogestão de empresários e técnicos na delimitação planejada dos problemas e soluções, em contraposição ao atendimento de interesses mais imediatos. Seus efeitos mais espetaculares se expressaram na produção de um

saber técnico subordinado diretamente aos interesses delimitados e delimitadores dos projetos políticos de acumulação capitalista, como monumentalizou a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (Fundedor), criada em 1978.³ O outro operou pela implementação de mecanismos de centralização técnico-administrativa, cujo efeito mais espetacular se traduziu na imposta fusão dos dois estados (Guanabara e Rio de Janeiro) pelo governo federal, em 1975, e na construção de representações institucionais descentralizadas ou de âmbito regional.

Região Norte Fluminense: bailado de fissões e fusões

Para efeitos de demarcação arbitrária da compreensão dos processos em jogo na pro-

dução coletiva do termo designatório em causa, mas possibilitador do entendimento dos efeitos das lutas sociais em foco neste artigo, considero que o reconhecimento oficial da Região Norte Fluminense, segundo as definições postuladas pelos agentes sociais que investiram na objetivação desta visão do espaço socioeconômico (reafirmo, entre as décadas de 1970 e 1980), foi concedida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a partir do Censo Agropecuário de 1975.

No Recenseamento Geral de 1950, os municípios posteriormente identificados como pertencentes ao Norte Fluminense estavam distribuídos, em termos de afiliação, a regiões fisiográficas, assim classificadas:

Quadro 1

Zona da Baixada de Goitacazes	Campos, Macaé e São João da Barra
Zona do Muriaé	Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Itaperuna, Miracema, Natividade de Carangola, Porciúncula e Santo Antônio de Pádua
Zona de Cantagalo	Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro e Trajano de Moraes

**Quadro 2**

Zona da Baixada dos Goitacazes	Campos, Conceição de Macabu, Macaé e São João da Barra
Zona do Muriaé	Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Itaperuna, Miracema, Natividade do Carangola, Porciúncula e Santo Antônio de Pádua

No Recenseamento de 1960, as regiões fisiográficas foram configuradas como no Quadro 2.

No Recenseamento de 1970, os municípios aqui considerados aparecem integrados a microrregiões homogêneas, subdivididas em:

Quadro 3

Itaperuna Miracema	Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola e Porciúncula
Miracema	Cambuci, Miracema e Santo Antonio de Pádua
Açucareira de Campos	Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis e São João da Barra
Cantagalo	Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro e Trajano de Morais

No Censo Agropecuário de 1975 e no Recenseamento de 1985, as microrregiões homogêneas de Itaperuna, Miracema e Açuca-

reira de Campos aparecem compondo uma região mais ampla, reconhecida pelo Norte Fluminense:

Quadro 4

Itaruna	Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola e Porciúnula
Miracema	Cambuci, Miracema e Santo Antônio de Pádua
Açucareira de Campos	Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis e São João da Barra

Afinal, no Censo Demográfico de 1991, tais municípios aparecem subdivididos em duas mesorregiões geográficas e respectivas microrregiões:

Quadro 5

Noroeste Fluminense	
Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade e Porciúncula
Santo Antônio de Pádua	Cambuci, Itaocara, Miracema e Santo Antônio de Pádua
Norte Fluminense	
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, São Fidélis e São João da Barra
Macaé	Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã

A partir da imposição classificatória oficial ou da referência obrigatória ao termo Norte Fluminense para abarcar 14 municípios, sua consagração foi sendo alcançada de diversas formas, especialmente através de sua incorporação como atributo de identificação de instituições estatais. O termo designativo, objetivando-se como delimitação de espaço de investimentos públicos, expressos na nomenclatura das instituições aglutinadoras de recursos, também deu visibilidade à prerrogativa do município de Campos como sede de órgãos públicos, centros difusores cujo raio de ação deveria atingir, no contexto em pauta, os demais municípios agregados à região.

Dentre os órgãos de secretarias de estado e de ministérios que foram então descentralizados por subagências ou representações, destaque: Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio); Empresa

de Insumos e Serviços Básicos para a Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Siagro-Rio); Central de Abastecimento do Norte Fluminense (Cesa); Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional (Senar). Os gestores dessas instituições, ao tomarem o Norte Fluminense como área de atuação, contribuíram para a consolidação dessa divisão espacial, reproduzindo, através de suas atividades, tal forma de ordenação. Para não me alongar em exemplos desse trabalho social, cito apenas os sucessivos eventos organizados pelo corpo de funcionários da Emater-Rio, intitulados Encontro do Fazendeiro do Norte Fluminense.

Paralelamente, alguns administradores de associações profissionais que agregam afiliados residentes na unidade político-administrativa Estado do Rio, descentralizaram suas atividades, construindo agências locais de representação, segundo definição regional: Associação Norte-Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (Anfea); Centro Norte-Fluminense pela Conservação da



Natureza. Representantes de algumas das associações, mediante tais delegações regionais, colaboraram na construção do olhar sobre a homogeneidade de problemas e soluções referentes à população e às atividades socioeconômicas operadas nos municípios em pauta. Para efeitos de ilustração, cito, a Sociedade de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro (Somverj), cujos representantes locais organizaram seminários e encontros para discussão dos assim reconhecidos problemas sociais. Em maio de 1982, por exemplo, ocorreu o I Seminário de Desenvolvimento Rural do Norte Fluminense, cuja programação destacou o seguinte temário de discussão: êxodo rural, desemprego e falta de assistência social ao trabalhador rural; eletrificação rural, participação da pecuária nas exportações brasileiras, exploração pesqueira no Norte Fluminense; desenvolvimento integrado com a participação das lideranças comunitárias (saneamento, saúde, educação e fixação do homem no campo); cooperativismo; preço baixo da cana (*Folha da Manhã*, 12/05/1982). Outras instituições, dotadas de melhor visibilidade, também reafirmaram a designação regional. Em 1991, pelo decreto 16.357, foi instituída a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

No auge dessa consagração, mas também da aglutinação de representantes políticos que contra ela se batiam, a abrangência do termo Norte Fluminense foi golpeada. Em 17/11/1987, pela Lei nº 1.227, foi instituído o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo o período de

1988 a 1991.⁴ O marco de referência territorial do Plano compreendia oito regiões: Metropolitana, Noroeste, Norte, Serrana, Baixada Litorânea, Médio Paraíba, Centro-Sul e Baía da Ilha Grande.

Ao decreto, sublevaram-se os agentes políticos que se empenharam para fazer valer a abrangência da Região Norte Fluminense, exigindo publicamente explicações e tomadas de posição dos porta-vozes do governo estadual que operaram na subdivisão regional.

Secretário explica a divisão do Norte Fluminense

O Secretário Estadual de Planejamento – Antonio Cláudio Sobczewski – negou ontem que o projeto que inspirou a divisão do Norte Fluminense em duas regiões distintas, quais sejam, o Norte e a Noroeste, tenha sido elaborado com a intenção de dividir a força e o prestígio dos 15 municípios que integram o bloco regional.

Segundo Sobczewski, a divisão foi definida para separar duas regiões com características geoeconômicas distintas e por conta disto, com problemas e soluções diferentes no plano governamental. Desta forma, em sua opinião, a partir de agora, cada uma das duas regiões poderá lutar com mais desenvoltura pelo atendimento de suas reivindicações.

O Secretário Estadual de Planejamento não quis se ater a qualquer outro tipo de implicação que a proposta divisionista está gerando na comunidade regional. E quando instado a falar sobre se o Governo Estadual também informaria à Petrobrás e ao Conselho Nacional de Petróleo,



sobre a divisão que separa os municípios tidos como produtores de petróleo e gás dos que por um critério político tiveram direito à concessão de “royalties” por serem integrados na chamada região geo-econômica, ele foi claro e enfático a afirmar que tal concessão é feita com base em lei federal, nada tendo a ver com o desmembramento definido por um ato administrativo do Governo Estadual. (...) (Folha da Manhã, 26/08/1987, p.2)

A subdivisão ainda permanece como objeto de contendas, recorrentemente tornadas mais públicas pela divulgação do debate na imprensa escrita. Para efeitos de demonstração e coerentemente com o caráter parcial do ponto de vista valorizado no artigo,⁵ transcrevo um exemplar editorial, cujo autor condena a subdivisão regional oficialmente criada.

Unidade regional

Para um Governador que dedicou certa atenção ao interior do Estado, Moreira Franco foi muito infeliz quando dividiu o Norte Fluminense em duas regiões, dando corda a um divisionismo que brotou e ganhou corpo há alguns anos pela posição de liderança do município de Campos dentro da área.

Culpa em grande parte dos velhos políticos de Campos que sempre utilizaram os demais municípios na hora de reivindicar investimentos na região, mas incapazes durante todo o tempo de dar a devida atenção a essas comunidades que gravitam

Dividir miséria quando o ideal é dividir riqueza, é de um primarismo chocante.

Os políticos foram atendidos em suas vaidades, mas a região em seu todo saiu altamente lesada. Se a unidade regional ainda podia ser trabalhada, inviabilizada ela ficou com o personalismo das lideranças políticas, incapazes de falarem a mesma língua para dotar 14 municípios de perspectivas melhores.

Quando um desses políticos, por saber melhor usar a mídia ou por ser mais ambicioso, consegue projetar-se um pouco, sua preocupação maior é tentar sufocar as demais lideranças para brilhar sozinho. Recentemente, na reunião em que as lideranças políticas da região entregaram o documento final do Grito do Interior a Leonel Brizola, mais uma vez a falta de unidade política e regional manifestou-se. A ponto do Governador chamar a atenção de que, só unidos, Norte e Noroeste Fluminense podem atingir os seus objetivos. (Folha da Manhã, 13/06/1991, p.4)

A partir da promulgação da Lei nº 1.227 (1987), assumindo o fato consumado, mas reafirmando os princípios da luta por classificação, os jornalistas cuja ação política está sendo considerada, valeram-se das seguintes formas designativas: regiões Norte e Noroeste Fluminense ou mesmo *região* Norte e Noroeste Fluminense. E mantiveram assim a delimitação da confluência de problemas e soluções, inclusive, explicitamente, tentando superar os efeitos daninhos que atribuem aos investimentos políticos *divisionistas* ou *bairristas*.⁶

Todavia, por meio da Lei nº 2.624, de 16/09/1996, foram reafirmados os investimentos



para caracterização da Região Noroeste, desmembrada da Região Norte Fluminense, que doravante passou a abarcar apenas os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Conceição de Macabu, São João da Barra, além do recém criado Cardoso Moreira, desmembrado do município de Campos.

Folha da Manhã: arena política e unidade analítica

Para efeitos da pesquisa da qual este artigo é subproduto, tomei como fonte de produção de dados diversos, matutinos e semanários editados nos municípios de Campos e Bom Jesus do Itabapoana. Neste artigo, relevo os dados obtidos na *Folha da Manhã*, fundado em 1978, por Aluysio Cardoso Barbosa, tendo explicitamente por objetivo a participação de jornalistas na formação de uma consciência e identidade regionais, classificadas como recursos capazes de agregar interesses de empresários e políticos dos municípios do norte do estado e de alcançar *a redenção econômica da Região Norte Fluminense*. No início de 2006, a *Folha da Manhã* atingia a seguinte área de circulação: Campos dos Goytacazes, Arraial do Cabo, Barra de São João, Bom Jesus do Itabapoana, Búzios, Cabo Frio, Cambuci, Cardoso Moreira, Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Guarapari, Itava, Itaperuna, Macaé, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana,

São João da Barra, São Pedro da Aldeia e Varre Sai (*Folha da Manhã*, 22/01/2006).

Dado o momento de sua criação, as intenções anunciadas são reveladoras das relações mantidas entre jornalistas locais, gestores das instituições estatais e agentes econômicos, todos se apresentando como portadores de posição que supõe a formulação de soluções de alcance mais abrangente, condição que lhes auto-define como portadores da autoridade de enunciação do bem comum. A presença de um jornal cuja ação se legitima pela formação de uma consciência regional põe em relevo os princípios de investimento dessa representação mental e do sistema de classificação da qual é parte.

Imbuídos da importância da pretensão à liderança política, os diretores do jornal *Folha da Manhã* selecionaram e criaram condições para legitimar os atores comprometidos com a visão de mundo de que se consideravam portadores. Delimitavam assim quem podia se expressar a respeito dos argumentos que definiam *a região* e os projetos a ela destinados. O levantamento desses atores propicia a identificação dos grupos ou segmentos que se apresentam como legítimos para construção da definição dos problemas e das soluções, bem como os termos que privilegiam para esta elaboração. Pelo acompanhamento das reportagens e dos editoriais, durante um certo período de tempo, são revelados os temas e os modos de percepção subjacentes à construção de “teorias” que, até muito recentemente, não encontrando concorrentes, sedimentavam visões construídas em outros campos sociais.⁷

Reacendendo constantemente o debate, os diretores do jornal *Folha da Manhã*, enfaticamente no período considerado, ampliaram o campo de adeptos às idéias e às reivindicações por eles valorizadas, sistematizaram os dados que eram tomados em apoio às “teorias” assim formuladas e disciplinaram os mecanismos de reprodução das adesões. Reivindicaram para o jornal o espaço de lauração e crítica aos agentes comprometidos com a visão de mundo que pretendiam generalizar. Assim procedendo, acreditaram e, no papel de agentes políticos, tentaram tornar crédula, inclusive por críticas ao divisionismo, a homogeneidade de interesses e de práticas de agentes que se objetivavam por modos de inserção social diferenciados. Impondo a si mesmos uma adesão plena a tal projeto político, reproduziram os engajamentos e reavivaram constantemente os mecanismos de pressão e controle.

A visão crítica sobre o comportamento de produtores agropecuários pouco referenciados a paradigmas desenvolvimentistas fora tema recorrente, também compartilhada por outros jornalistas, inclusive da imprensa falada e televisada que, descontinuamente, tem se instalado no município de Campos dos Goytacazes. A comparação hierarquizada de diferenciados comportamentos econômicos dos produtores corresponde aos objetivos reivindicados pelas funções do jornal: alcançar a população residente no espaço por eles reconhecido como Norte Fluminense. É também o caso do canal de televisão, que se intitulava TV Norte Fluminense.

Os noticiários diários tentavam salvaguardar certo conhecimento sobre fatos privilegiados ocorridos nesses municípios.⁸

Diversos autores já demonstraram a comunhão preexistente ao exercício do jornalismo, derivada da inserção dos jornalistas no mesmo campo de regras de concorrência que animam uma circunscrita diversidade e uma grande homogeneidade.⁹ O *Folha da Manhã*, por ter-se imposto como o de maior tiragem e de mais ampla cobertura de fatos diversificados, apresentava-se e se representava como referência mais consagrada. O título do seguinte editorial é revelador.

Hora de renovar

Desde o primeiro número deste jornal – e lá se vão quatro anos e meio – uma de suas principais preocupações tem sido a de tentar formar uma consciência regional em nossa gente e, dentro dessa perspectiva, mostrar à comunidade que não será utilizando a região para reivindicar apenas para si, que o município de Campos conseguirá romper o bolsão de subdesenvolvimento em que se transformou esta área e muito menos modificar uma realidade ruim e incômoda.

Também, por diversas vezes, sempre procurando dar um enfoque aos nossos problemas, procuramos deixar claro que é através da renovação de lideranças, principalmente políticas, que o Norte Fluminense poderá fugir deste cerco de pobreza que o caracteriza, já que passaremos a contar com um instrumento mais autêntico, e por isso mesmo, mais forte de pressão.



Ora, ninguém de bom senso desconhece que há anos, há muitos anos, a representação política de Campos e do Norte Fluminense é de uma fragilidade de porcelana. (...)
(*Folha da Manhã*, 18/06/1982, p.4)

Apresentando-se por postura inovadora, a legitimidade da ação de seu corpo de comunicadores foi conquistada num contexto de inúmeros outros investimentos, voltados para conformação de opinião pública local, mas também para referenciar a percepção de gestores das instituições do governo, notadamente o federal. Tal foi o caso da série de eventos anuais – Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar –, promovidos pela Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool¹⁰ e a ampla cobertura consagrada aos Fóruns Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, promovidos pelo *Jornal do Brasil* e pelo Governo do Estado, em 1992, com patrocínio do extinto Banerj.

Para reproduzir sistematicamente o debate e as concepções subjacentes, os diretores do *Folha da Manhã* criam situações sociais em que alianças de interesses possam ser construídas, redefinidas e publicamente assumidas. O texto de reportagem imediatamente transcrito é demonstrativo dessa prática seletiva, que propicia a alguns o domínio relativo da própria fala e da emissão de opiniões, sobretudo as projetivas, pelas quais pretendem construir e antecipar a realidade desejada. Na solenidade em que é festejado o sexto aniversário de fundação do jornal, as seguintes presenças foram destacadas pelo jornalista que documentava o

evento: presidente da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado do Rio e do Espírito Santo, do Sindicato dos Usineiros do Estado do Rio e do Espírito Santo, prefeito do município de Campos, presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos, político filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro e o representante da Associação Nacional de Jornais. Por conseguinte, os atores privilegiados para a construção de projetos econômicos se constituíam de políticos profissionais, de jornalistas instituídos da posição de porta-vozes da categoria e de representantes dos empresários locais. No texto, torna-se evidente tanto o investimento mútuo em projetos que legitimam e consolidam as representações dos diversos atores coletivos, quanto o empenho no sentido de tornar o desejo uma realidade. Mesmo que somente anunciada, pode-se tornar portadora das potencialidades de objetivação.

Pacto empresarial discutirá saída para crise

Empresários da região lançaram ontem uma proposta de pacto pela discussão e encontro de saídas que possam estabelecer o desenvolvimento socioeconômico do Norte Fluminense. A proposta foi lançada em meio ao almoço comemorativo do 6º aniversário da Folha da Manhã, através de pronunciamento de João Luís Faria Neto, consultor deste jornal e membro da Associação Nacional de Jornais, que classificou a reunião 'de uma boa ocasião para se discutir saídas', por entender que não atravessamos um bom tempo para comemorações.
(*Folha da Manhã*, 10/01/1984, p.3)



A valorização da construção de uma identidade de interesses comuns pelos diretores da *Folha da Manhã* é enfatizada em momentos de luta política mais acirrada, mormente em torno de determinadas reivindicações ou redistribuição singularizada de recursos, concorrência à qual eles aderem e são mentores: *royalties* do petróleo e construção de pólo alcoolquímico – projetos liderados por políticos partidários locais –, irrigação massiva da terra através da intervenção técnica e financeira do Estado – projeto elaborado por produtores de cana e usineiros – e consolidação das dívidas das usinas – pleito reivindicado pelos usineiros.¹¹ E mais recentemente, a disputa pela instalação, em Guriri ou Travessão, de mais uma refinaria pela Petrobras (*Folha da Manhã*, Economia, 22/01/2006, p. 10)

Tais projetos são por vezes revalorizados e melhor sistematizados nos momentos de campanha eleitoral para governador do estado. Em tais ocasiões, os agentes desse processo de construção pretendem alcançar o comprometimento dos candidatos. O vencedor terá então assumido publicamente o atendimento de solicitações pontuais, regionais, mas também a participação no encaminhamento de alguns dos pleitos ao governo federal, ampliando desta forma os mecanismos de pressão política.

Em consonância com as interpretações de Champagne (1990) e Bourdieu (1980),

que me referenciam analiticamente neste artigo, reafirmo que, pela imprensa, através da ação de jornalistas – observadores e construtores privilegiados da “realidade” –, são anunciados e prenunciados diversos futuros. Os jornalistas, uma vez engajados num determinado projeto de construção social, ao falarem do presente, antecipam a objetividade de uma potencialidade expressiva das relações em jogo, naturalizando um direito quase sempre incontestado, porque diferentemente apropriado, de produção de magia social. Se o exercício é reproduzido pela sua eficácia simbólica, na análise importa menos o que eles prenunciam e as condições em que o discurso foi objetivado, mas os temas e as formas como os tratam, porque reveladores das relações sociais das quais são partícipes e construtores.

Pela análise aqui apresentada, pode-se compreender o quanto a imprensa pode fazer funcionar, pela fustigação, as instituições do Estado; o quanto os jornalistas participam da modelização das instituições estatais. Podendo, num golpe por vezes inconseqüente, descredenciar as práticas institucionais e colocar em dúvida as ações de seus gestores, os jornalistas operam como fiscalizadores e juízes dos modos de administração pública. E mais, pela relativa eternidade da duração do registro e das apropriações incorporadas em outras formas de documentação, como é o caso deste artigo, podem gerir visões futuras e avaliações *a posteriori*.



A Região Norte Fluminense e o bolsão de pobreza

A análise das representações associadas ao termo Região Norte Fluminense pode contribuir para compreender o que, segundo Bourdieu (1980), elas descrevem e designam, desde que não seja esquecido que, na prática social, como ainda adverte este autor, os critérios supostamente objetivos para demarcação – os emblemas e as insígnias que reificam representações mentais em objetos – sejam compreendidos como atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, onde os agentes investem seus interesses e seus pressupostos.

Como venho demonstrando, o estudo da construção do sistema de representações que definem socialmente uma região, contribui para o levantamento de questões e estratégias que articulam a complexidade das relações entre o domínio político e as concepções construídas sobre o espaço. Esta complexidade, de um modo geral, é banalizada nos termos classificatórios alusivos ao espaço, designando metaforicamente os protagonistas das disputas em torno da imposição de uma visão do mundo social. Assim travestidos, os termos classificatórios (magicamente) dispõem de vontade e de ação: exigem, opõem-se e contrapõem-se.

Os traços explicativos dos fatores causais do empobrecimento e da estagnação econômica nos municípios que compunham o Norte Fluminense apresentavam-se como estigmas

estrategicamente utilizados pelos agentes em jogo, que assim também os qualificavam. A delimitação do espaço físico ocupado pelos municípios não estava dotada de grande importância para classificação, pois que não se levava em conta fatos naturais. Os traços apontados eram imposições derivadas do estado de relação de força no campo das lutas pela reivindicação mais legítima, baseada na caracterização adequada aos pleitos políticos e ao padrão estatal de resposta (Bourdieu, 1980).

A essas formas de construção de representações, deter-me-ei doravante neste artigo, deixando de lado, para uma próxima oportunidade, as contraposições regionais mais pontuais, bem como a apresentação da análise do registro do papel ativo de empresários vinculados à agroindústria açucareira e à agropecuária nos municípios em pauta. Da mesma forma, transferirei para outra ocasião, a demonstração do papel dos porta-vozes de instâncias estatais nesse processo de qualificação da região Norte Fluminense. No contexto da interpretação aqui proposta, procurarei demonstrar que os significados das representações por mim recuperados constituem informações valiosas para o entendimento daquilo que, na disputa política, estava sendo invocado das rivalidades e concorrências que estavam em jogo.

Os trechos das reportagens e dos editoriais a seguir transcritos demonstram a percepção dos seus elaboradores sobre o lugar que alegavam e alegam ocupar no campo de poder,

no qual se hierarquizavam vis-à-vis as condições de distribuição de recursos centralizados pelo Estado. Em sendo a região concebida por referência aos desníveis regionais, geralmente alterados por concorrência vitoriosa na reivindicação pelo reconhecimento de posições relativamente qualificadas como mais inferiores, afirmações demonstradas pela incidência de piores índices de pobreza, tal como ainda hoje permanece no concurso de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sua identidade foi, reificadamente, sendo então associada à pobreza, à estagnação, ao enfrentamento de situações de crise. Os significados atribuídos ao termo Norte Fluminense, em conseqüência, só podem ser compreendidos se analisados pela referência a outros espaços sociais, aos quais, por exercício lógico, são atribuídos sinais positivos, isto é, assim enfatizados exatamente para destacarem os (sinais) negativos articulados à identidade em foco.

Ela fora pensada por referência e contraposição às mais diversas regiões introduzidas nos sistemas classificatórios para demonstrar a obtenção de maior atenção por parte dos gestores do Estado, isto é, por serem objeto de redistribuições, em termos relativos, privilegiadas. Assim, ora ela se diferenciava do Sul do país, ora do Estado do Espírito Santo; ora era contraposta a outras tantas qualificadas como pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro. O importante era que ela fosse pensada relacionalmente e que, na construção da relação, o argumento central fosse que o outro espaço, ao

dispor de maior nível de reconhecimento social e se beneficiar de raros recursos, excluía as chances de atendimento às demandas encaminhadas. As representações sobre o espaço social eram assim construídas por oposição, correlação ou contraposição a um conjunto classificatório de espaços ou regiões, onde, conforme o contexto e os princípios de explicação em jogo, eles eram dispostos hierarquicamente em ordem de grandeza à concentração de recursos reivindicados. Como a hierarquização tendia a privilegiar a relação com o Estado, o discurso assim produzido revelava os padrões vigentes de atuação de instâncias estatais e os modos de avaliação das condições em que determinados segmentos sociais, no contexto, relacionavam-se com o poder governamental; ou como os pretendentes gostariam de se relacionar.¹²

Decorre dessa modalidade de estruturação do pensamento e do conhecimento sobre a assim exaltada realidade o recurso a uma visão dual e maniqueísta dos agentes em jogo nesse campo de forças. De um lado, as incursões unilaterais de um Estado que deve ser dotado de olhar universalizante, mas que se alimenta da necessidade de privilegiar para mudar, gerir e condicionar os rumos da sociedade e das diversas regiões; de outro, as regiões abandonadas ou privilegiadas. Uma, desconhecidas ou submetidas; e outras, promissoras e potencializadoras dos desníveis, em si mesmos reprodutores dessa relação hierarquizada e geradores de crises. Portanto, diferenças expressivas da desigualdade inerente aos modos de



atendimento de um Estado provedor ou de padrão desenvolvimentista e de ação regionalizada.

Cúmulo do absurdo

Pobre município este de Campos que só é importante dentro do contexto regional e estadual quando os Governos dele querem exigir mais sacrifícios e impor novas desditas, como incluí-lo em área de segurança nacional. Há anos, há muitos anos, setores responsáveis da comunidade tentam atrair as atenções dos Governos Federal e Estadual para as potencialidades da área e solicitam-lhes pacientemente estímulos suficientes para que possam transformar em realidade esperanças acalentadas ao longo do tempo.

Ignoram a importância de Campos e do Norte Fluminense a partir do momento em que, pela influência de um Senador e diretor de televisão, João Calmon, concederam incentivos fiscais ao Espírito Santo. Não analisaram em momento algum o quanto esta medida iria prejudicar os 14 municípios da região e o violento contraste que estimulariam logo a seguir, de um lado um Estado subindo velozmente a sua economia e a capacidade de seu mercado de trabalho e, do outro, uma enorme área composta de 14 expressivas comunidades, espremidas que foram e continuam sendo, entre a região do Grande-Rio e o Espírito Santo. (Folha da Manhã, Editorial, 26/11/1981, p.4)

As chuvas efetivamente só conseguem comover quando são em excesso no sul do País ou faltosas no Nordeste. O Norte Fluminense, que vive a maior parte do ano em regime de seca – e seca de rachar o chão –

e que tem também, anualmente, o seu drama de excesso de água, sofre a sua sina no máximo com um mutirão local de socorro, menos de um milheiro de cobertores para desabrigados e, às vezes, as palavras de consolo aos produtores de cana, que estão perdendo parte da safra porque os canais de drenagem da parte da Baixada estão há muito obstruídos. (Folha da Manhã, Editorial, 16/12/1983, p. 4)

A delimitação social de uma região é um ato de separação, de introdução de descontinuidades, de construção de limites e fronteiras, dada a separação entre interior e exterior, do nós e dos outros (Bourdieu, 1980). Definida como uma região em crise e pensada por contraposição a tantas outras consideradas como mais aquinhoadas pelos recursos estatais, a Região Norte Fluminense passou a ser caracterizada de forma reificada ou estigmatizante pelos seguintes termos negativos:

a) bolsão de subdesenvolvimento e de pobreza causado pelo esvaziamento econômico e populacional:

A região Norte Fluminense encontra-se numa encruzilhada: ou reúne esforços e forças para promover um salto em sua economia, ou se afunda ainda mais dentro do processo de esvaziamento que a colocou na condição incômoda de um bolsão de subdesenvolvimento e de pobreza. (Folha da Manhã, "Ponto Final", 18/11/1980, p.3)

b) área de desatenção e desprestígio por parte dos poderes estatais:

O esvaziamento econômico e social do Norte Fluminense e que perdura até hoje já data



de algum tempo. Teve início e materialização rápida quando o Governo Getúlio Vargas decidiu decretar a erradicação dos cafezais e as imensas áreas de terras antes cultivadas (Itaperuna chegou a ser o maior produtor de café do país) transformaram-se em pastos. De uma atividade distribuidora de recursos e de empregos, a região passou a depender da pecuária, uma economia concentradora de recursos e extremamente econômica na oferta de empregos.

A queda de Campos dentro de todo esse contexto começou a ganhar contornos com o empobrecimento de sua atividade econômica básica, a agroindústria canavieira, responsável em épocas distantes pelo povoamento da área e pela oferta em massa de empregos. Ela, a queda, é bom lembrar, não é de agora. Também começou há alguns anos atrás, pela política açucareira posta em prática pelo Governo que, ao contrário do Nordeste, embora regiões tão parecidas, não privilegiou o setor com uma atenção também especial. (Folha da Manhã, "Ponto Final", 2/10/1983, p. 4)

Enquanto área considerada sem prestígio, logicamente está sujeita mais facilmente à imposição de restrições políticas, e aos efeitos expropriatórios da negação de benefícios concedidos a outras tantas, supostamente interligadas pelos mesmos interesses econômicos:

(...) como se não bastassem todos esses fatores, pode-se apontar, ainda, como geradores do esvaziamento da região, a crescente concorrência da produção açucareira de São Paulo, as dificuldades de cotação de açúcar no mercado internacional, sem

contar com uma política absurda de restrições (IAA) impostas ao principal produto da região, o que só agora começa a apresentar sintomas de novos rumos.

(...)

Como agravante da situação pode-se ressaltar as marchas e contramarchas da tão falada e necessária irrigação para aumentar o potencial produtor da região. (Folha da Manhã, 18/08/1980, p.8) [Reportagem comentando e divulgando o discurso de um vereador na Câmara Municipal sobre os problemas da Região Norte Fluminense]

c) região portadora de uma agricultura decadente:

Na verdade, a característica da economia do Estado do Rio de Janeiro é a ausência de um setor agrícola dinâmico, tanto que na formação da renda bruta do estado, apenas 2% são oriundos do produto agrícola. Considerada no Governo Geisel área prioritária para a produção de alimentos, tendo em vista sua vocação agropastoril, o Norte Fluminense ainda vive, fundamentalmente, da agroindústria açucareira e alcooleira. É a cultura da cana-de-açúcar que se concentra na região, a responsável por 1/3 do produto agrícola fluminense. (Folha da Manhã, 9/11/1980, p.5)

As causas de tais formas de estruturação da região, como anunciadas nos textos jornalísticos anteriormente apresentados, são atribuídas ao despreparo dos políticos profissionais, emergidos a esta posição sem o saber adequado ou sem a perspectiva correta, sustentada na



crença na neutralidade que o conhecimento dos problemas sociais poderia assegurar. Tais discursos emitidos por jornalistas visam assim a demonstrar a concorrência com que estruturalmente se posicionam frente aos políticos profissionais e aos técnicos gestores de decisões das instituições do Estado; e também a posição hierarquicamente superior com que relacionalmente se afirmam frente àqueles, posição sustentada pelo conhecimento emergido da experiência imediata.

Na produção deste tipo de discurso denunciador de responsabilidades e enaltecimento de virtudes decorrentes das boas intenções dos representantes políticos locais, os jornalistas omitem o seu papel e o dos agentes econômicos na viabilização das opções produtivas. É o caso, aqui demonstrado, da pecuária extensiva no Estado do Rio de Janeiro. O privilegiamento dessa opção decorreu do encontro de interesses dos gestores da administração estatal por governos sucessivos, visando inclusive a atender às crescentes demandas de consumo decorrentes da expansão populacional do Grande-Rio; e os proprietários de terra dedicados à reconversão de recursos acumulados na cultura canavieira ou liberados da cultura cafeeira, que então enfrentava crises de realização das mercadorias (Neves, 1997a).

No início do século, o Estado do Rio era, ainda, o maior produtor agrícola do País: a cana-de-açúcar; com seus múltiplos engenhos, tornava as planícies do Norte Fluminense um importante centro agro-industrial; o vale

do Paraíba e as regiões serranas lideravam a produção cafeeira, deixando os marcos desse esplendor nas suntuosas sedes das centenárias propriedades.

O café se transferiu para São Paulo, sul de Minas, Paraná, deixando o solo ocupado por vastos pastos, onde se deu o florescimento da pecuária, porque empregava mão-de-obra reduzida..., em regime de extensão, usava toda área, evitando com isso, conflitos de terra.

O arroz teve, também, sua importância econômica, entretanto, como não era um produto de exportação, não recebeu incentivos oficiais. Os rizicultores fluminenses eram obrigados a usar recursos próprios ou mesmo pegar dinheiro emprestado com particulares, o que muitas vezes complicava, pois a produção nem sempre cobria os gastos. (...)

Hoje, temos uma agricultura decadente, desamparada, com poucos recursos financeiros, o que implica baixa produtividade. No outro prato da balança, existe uma população faminta, que paga caro pela alimentação que é trazida de outros Estados, onde o transporte significa um índice importante no preço final. (Manoel Gonçalves)¹³

Pobreza/riqueza: o Norte Fluminense, o Espírito Santo e o Sudeste

As causas da denunciada pobreza são elaboradas segundo seleção de índices estatísticos sobre a migração rural-urbana, sobre o volume da produção, sobre a produtividade

agropecuária, mas estes índices são pensados relativamente aos obtidos em regiões consideradas aquinhoadas, situadas na mesma configuração mais ampla da região sudeste. Nestes termos, os índices apresentados pelas atividades agrícolas colocadas em prática no Estado de São Paulo, são provas cabais da concorrência dos empresários em busca de recursos viabilizadores da acumulação e centralização capitalistas:

De todo o Sudeste Brasileiro, a área mais desenvolvida do país, talvez a única população que não será surpreendida negativamente com os dados do recente Censo ainda a serem divulgados pelo IBGE, seja a do Norte Fluminense que, nos últimos 15 anos, por uma série de fatores, vem sofrendo um processo acentuado de esvaziamento econômico e populacional.

Com uma área de 14 mil 650 quilômetros quadrados, 14 municípios e uma população que as estimativas indicam estar entre 740 a 750 mil habitantes, o Norte Fluminense é uma região das principais áreas alimentadoras da população marginalizada do processo de produção que se encontra na região do Grande Rio. Hoje, técnicos dos Governos Federal e Estadual já admitem que a região se tornou um dos principais bolsões de pobreza do país. (Folha da Manhã, 9/11/1980, p. 5)

Na Região Sudeste, o contraponto imediato para definição de soluções semelhantes pelo governo federal é o Estado do Espírito Santo. A diferenciação exaltada entre as duas regiões – em virtude da desigual relação com o governo federal e, segundo os agentes que participam

do processo da construção dos significados do termo e da oposição – está na origem do processo de investimento político no reconhecimento do Norte Fluminense como espaço em decadência. É neste contexto que o termo “norte fluminense”, que situava um determinado território ou espaço físico no Estado do Rio, transforma-se em Norte Fluminense ou região político-socioeconômica.

Para as principais lideranças empresariais e políticas da região tudo seria solucionado se o Governo Federal estendesse ao Norte Fluminense o decreto-lei 880 que permite a todo contribuinte do Imposto de Renda no Espírito Santo (pessoa física e jurídica) destinar 33% do imposto a pagar para um fundo de investimento estadual com aplicação específica no desenvolvimento da região. “Tudo seria diferente – afirmam eles – se a região pudesse formar o seu pequeno fundo 157 particular, credenciando-se a competir em igualdade de condições com o Espírito Santo, que filtra os possíveis recursos privados para investimento. (Folha da Manhã, 9/11/1980, p.5)

Distorção Mantida

A sorte da região Norte Fluminense está efetivamente entregue a sua gente porque se depender do reconhecimento externo ficará sempre em plano secundário, como agora, quando se prorrogou um ato lesivo aos seus interesses socioeconômicos e sequer uma única e isolada voz foi ouvida em plano nacional para protestar, pelo menos. Ninguém, aliás, é contra a ajuda que o Governo federal concede ao Espírito Santo, que tem as suas dificuldades.



Apenas lamenta-se que os incentivos fiscais concedidos àquele Estado, representem a continuação de um quadro de penúria nos municípios da região Norte Fluminense, que deixam de contar com qualquer atrativo a investimentos, já que uma divisa imaginária separa-o de um território no qual o dinheiro custa mais barato, em termos de necessidades para atividade da indústria.

(...) O lógico, e racional, seria dedicar um tratamento idêntico em misérias semelhantes, dando-se também incentivos fiscais para a solução dos problemas do Norte Fluminense, ou, quem sabe, compensando os seus municípios através da concessão de dividendos pela exploração petrolífera, o que se insiste em negar, sob o argumento surrealista de que o mar pertence à União, e não tem qualquer ligação legal com o município.

A política de incentivo fiscal, que ajudou a algumas regiões, está, no caso do Norte Fluminense, sufocando os seus municípios, existindo casos de investidores locais transferirem-se para a outra margem do rio Itabapoana, na divisa, para beneficiarem-se do custo do dinheiro. (Folha da Manhã, "Editorial", 01/01/1984, p.4)

Ao lado dos dados quantitativos (composição da população, carga fiscal etc.), o investimento nas descrições detalhadas e comovedoras, que visam sensibilizar articuladamente por sentimentos e razão, constitui instrumento de luta política e simbólica liderada pelos jornalistas.

O prenúncio da tragédia é proporcional à demonstração de necessidade de soluções urgentes.

O quadro é de desolação total no Norte Fluminense. Rios na 'espinha', córregos secos, lavouras queimadas e perdidas, gado esquelético e morrendo e a corrente migratória acelerando a sua fuga da região, procurando nas cidades a oportunidade de emprego que custa a chegar. Já vai para seis meses de seca e de frustração de produção agrícola, tanto de cana, como de arroz, como de feijão, de produtos hortigranjeiros, como de carne e de leite.

Para uma região pobre e que já é considerada um bolsão de subdesenvolvimento isso é muito ruim. O comércio se queixa do movimento fraco e, nas cidades, o dinheiro escorre apenas nas mãos de poucos privilegiados. Na zona rural, sem recursos e com a terra estorricada pelo sol e pelos ventos, os produtores não investem em tratamentos culturais. O que significa desemprego em massa e corrida da população rural, onde só ficam os velhos e as crianças, para os centros maiores.

Por mais que se queira, não há como traçar um perfil otimista para esta região já tão sofrida. A esperança é a irrigação, mas, se demorar muito, vai acabar não tendo mais água nos rios (o declínio do rio Paraíba do Sul é um fato), nos lagos e nos córregos para que ela se viabilize. As perdas para o próximo ano agrícola já são inevitáveis e, a esta altura, são elas que comecem a preocupar os responsáveis pelo processo produtivo da região. (Folha da Manhã, "Ponto Final", 04/10/1981, p.3)



O “Nordeste” no Sudeste

Por fim, a apropriação de termos de significados negativos já interiorizados pelo senso comum, cuja eficácia já fartamente demonstrou suas provas, pode operar como recurso para fixar as intenções de construção de visão de mundo e das desigualdades regionais. Uma dessas articulações mais eficazes, apropriadas de diversas formas e por múltiplos agentes inseridos no campo de lutas, é a correspondência entre o Norte Fluminense e o Nordeste do Brasil. Por isso, o termo Norte Fluminense se encontrava associado à pobreza, à seca e suas mazelas, sendo então definido como um outro “nordeste”, isto é, dotado dos mesmos problemas, mas sem os privilégios correspondentes, porque desconsiderado quanto às soluções apresentadas para regiões semelhantes. Fartas demonstrações lógicas e factuais foram elaboradas e divulgadas, como demonstram os sucessivos extratos de textos a seguir apresentados:

(...)

Desta vez a iniciativa partiu mais do Nordeste, de Alagoas e de Pernambuco que, através de suas lideranças empresariais, começaram a bombardear pela imprensa as pretensões da agroindústria canavieira fluminense. Logo deles os grandes privilegiados do setor, que produzem açúcar demerara, que centralizam as riquezas distribuídas pela atividade, que recebem ágio por cada açúcar produzido em outra região, que pagam salários mais baixos a seus empregados, que não se preocupam em

fazer uma política social, e que têm preços para os seus produtos bem acima do resto do Brasil. Lá, mais do que o açúcar, eles industrializam a miséria e, em cima das carências de um povo que esses mesmos empresários exploram, conseguem erigir uma casta industrial dentro deste país de tantos contrastes. (Folha da Manhã, “Ponto Final”, 10/03/1981, p.3)

(...)

Entre 1979 e 1981, o Governo Federal investiu Cr\$ 1 trilhão no Nordeste, 48% de todos os investimentos do Ministério do Interior no período. De fato, o Nordeste é um bolsão de subdesenvolvimento do país que merece atenção dos nossos governantes.

O que o Governo Federal não compreendeu ou não quis compreender até o momento é que encravado na região Sudeste existe um outro bolsão de pobreza e subdesenvolvimento, um outro “nordeste”, que nos últimos tempos tem apelado de todas as formas por recursos que venham a reverter sua atual situação.

Bater nessa tecla nunca é demais, tendo em vista que até hoje nada foi feito para impedir que o Norte Fluminense tenha uma renda per capita inferior inclusive a do Nordeste. (Folha da Manhã, “Ponto Final”, 04/07/1982, p. 3)

(...)

Não é preciso ir ao nordeste brasileiro para presenciar quadros reveladores de indescritível miséria e das mais incríveis condi-



ções de subsistência. Basta sair um pouco pela zona rural do nosso município. É dos mais violentos o grau de exploração dos nossos trabalhadores rurais. Além dos atrasos constantes nos seus pagamentos, sobretudo quando dependem diretamente de algumas usinas, passam por outras formas de exploração habilmente mascaradas por determinadas cooperativas de fornecimento. (Folha da Manhã, 18/08/1980, p.8, comentando e difundindo discurso de vereador na Câmara Municipal de Campos)

O Nordeste está bem próximo de todos nós

Carne de gato. Este foi o prato saboreado pelos irmãos P., de 15 anos; M., de 14 anos; M., de 13 anos; C.E., de 6 anos e M.F., de 3 anos, sexta-feira última, num pequeno barraco que existe na Favela da Farofa. Ninguém reclamou o tempero preparado pela irmã mais velha nem também da falta d'água para poder limpar o animal.

Parece ficção, mas não é. Isso está acontecendo diariamente em nossa cidade e existem outros personagens que fazem parte desse cotidiano de miséria como é o caso de Da. R.G., de 49 anos, que quase todos os dias sai à cata de alimentos no Mercado Municipal. Tudo é por ela aproveitado.

J.B.N., de 32 anos, mora na Favela do Aeroporto. Está doente e para aumentar suas preocupações, a irmã A.C. deixou seu marido vindo a fazer parte da família. Habitam um pequeno barraco de tábuas e quando chove a situação piora. O interior da residência fica todo molhado. (...) (Roberto Cordeiro, Folha da Manhã, 25/09/1983, p.7)

(...)

O nosso Nordeste

Não foi preciso ir muito longe para constatar que a miséria desta região só se difere da do Nordeste por causa da água. No mais, quase tudo é igual. Lá, se as crianças caçam e matam calangos (lagartos) para se alimentar, por aqui menores também já se especializam na caça a gatos para garantir a alimentação. O que é grave, muito grave, para uma região que se comove com a miséria dos outros mas que parece anestesiada com a sua própria miséria.

No excelente levantamento realizado por técnicos que trabalham no Programa das Cidades de Porte Médio, verificou-se que na periferia da cidade de Campos já existem 22 favelas, mais de 17 mil favelados e, entre eles, uma maioria esmagadora de crianças. (...)

(...) Dizem que no mundo de hoje, onde a competição pela sobrevivência leva o homem a ignorar o que está a sua volta, o doar virou nostalgia. Mas, então por que as campanhas em prol do Nordeste comovem tanto a essas pessoas de sentimentos enrijecidos pelo calor e a luta do dia-a-dia?

Não faz tanto tempo assim, na Abadia, um trabalhador rural morreu de inanição quando com a enchada, procurava garantir o sustento da numerosa família. A sua morte chegou a ganhar as manchetes dos jornais, mas, esse dia-a-dia em que todos têm pressa, tratou logo de esquecê-la. E, como o caso daquele trabalhador da Abadia,



existem inúmeros outros por este município e esta região onde, na maioria dos municípios, os orçamentos das Prefeituras não dão sequer para pagar a conta do funcionalismo.

(...)

Se a população do município do Rio de Janeiro, insensível à realidade de seu estado, para se firmar precisa esquecer a miséria de seu território para se apiedar da pobreza de uma área distante, ainda vá lá. Mas, que as pessoas daqui, em contato quase que diário com as carências da região, sigam o mesmo exemplo, vai uma distância muito grande. Antes de se olhar a miséria nordestina, que se fixe na pobreza daqui. Para evitar que outras crianças...também saiam caçando gatos para sobreviverem. (Folha da Manhã, Editorial, 25/09/1983, p.4)

Comentários finais

O termo Região Norte Fluminense ganhou de consagração enquanto produziu eficácia para a caracterização de um espaço socioeconômico e político. Foi amplamente embalado quando os agentes que valorizavam a classificação formulavam reivindicações sobre aplicação de recursos financeiros transferidos sob subsídios e incentivos fiscais através dos governos estadual ou federal. A associação com pobreza e estagnação econômica operava instrumentalmente, no sentido de construir a ação coletiva mediante certa unidade parcial de interesses ou para fazer aparecer a necessária unidade do grupo de pressão.

Consagrou-se num contexto em que os gestores do Estado advogavam a construção de modos de atuação fundamentados em diagnósticos e planejamentos regionalizados, em que tais diagnósticos e planos incorporavam uma burocracia técnico-política reconhecida como *expert*. Seus significados ganharam novos do uso do termo foi fortalecida a partir dos resultados da imposição da fusão dos estados, isto é, de um campo político organizado por referências que não contemplavam os problemas valorizados e enfrentados pelos agentes políticos locais ou sediados no norte ou noroeste do novo Estado do Rio de Janeiro.

Reivindicações formuladas para solução de problemas da agroindústria canavieira, restrita a determinados agentes sediados nos municípios de Campos, São João da Barra, Conceição de Macabu e Macaé, eram conjeturalmente ampliadas pelo benefício à população das demais unidades político-administrativas. Da mesma forma, vantagens atribuídas a recursos advindos da exploração do petróleo foram desdobradas como positivas para toda a região. Por isso, tornar públicos os atos coletivos daqueles que reafirmavam a adesão e o pertencimento comum era papel fundamental dos jornalistas, eles também engajados neste trabalho de construção dos grupos de pressão. Exaltaram assim a comunhão portadora de persuasão e convencimento. Produziram informações qualificadas, de modo a assegurar as tomadas de decisão favoráveis aos interesses defendidos.



Através da explicitação de estigmas supostamente impostos pela relação de forças que desqualificava a região como objeto de atenção e de redistribuição de recursos, os agentes engajados no projeto político de subversão de tal ordem tentaram fazer desaparecer tais atributos negativos. Propunham assim igualdade de condições de atenção e de vinculação ao desenvolvimento econômico.

O objetivo deste trabalho foi menos analisar as reportagens em si, mas o funcionamento deste espaço político condensado na imprensa escrita, cujos investimentos principais são de ordem simbólica. Além disso, foi entender os modos de objetivação de processos de acumulação capitalista, não redutíveis ao aspecto econômico ou produtivo, mas condicionados aos exercícios de representação política capazes de preservar conquistas e mobilizar a adesão em torno de uma determinada representação do mundo a elas mais adequada.

As situações aqui consideradas revelaram o papel da imprensa na produção de acontecimentos, de tomadas de posição e de decisão pela fustigação, mas também os investimentos regionalistas e seletivos pelos gestores do Estado, em conformidade com o padrão de atuação desenvolvimentista. Entretanto, espero não ser redundante ao lembrar que este trabalho só considerou as formas de pressão elaboradas sob o domínio discursivo e para alcançar genericamente um grande público, mesmo que nas entrelinhas haja leitores privilegiados ou carapuças a serem vestidas.

Deixei de lado todo um campo de interferência que deve ser gerido no anonimato, pela cumplicidade do segredo e dos espaços privatizados de decisões públicas. Também todo o campo da produção da informação, sua lógica técnica e econômica. Enfim, mesmo que não alcançável, preciso reconhecer, deixei ainda de lado a interferência do campo de interpretação, sempre aberta e pouco ponderável, dos leitores.

Referências Bibliográficas

- BAILEY, F.G. Leaders and teams. In: *Stratagems and spoils: a social anthropology of politics*. Oxford: Basil Blackwell, 1970.
- BOURDIEU, P. L'identité et la representation. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 35. Paris: Ehes, nov. 1980, p. 63-72.
- _____. *Sur la télévision. Suivi de l'emprise du journalisme*. Paris: LIBER-Raisons d'Agir, 1996.
- CHAMPAGNE, P. *Faire l'opinion: le nouveau jeu politique. Le sens commun*. Paris: Minuit, 1990.
- DIÁRIO OFICIAL. Estado do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Parte I, Ano XIII, nº 221, 18/11/1987, p. 1-2.
- _____. Estado do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Parte I, Ano XII, nº 179, 17/09 1996, p. 2. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/>.

- FERREIRA DE ALMADA, V. P. *Escravidão e transição*. O Espírito Santo (1850-1888). Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FIBGE. Censos Demográficos 1950, 1970, 1980. Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LEFEBVRE, H.. *De l'état*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.
- NEVES, D. P. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, 1987, p.143-177.
- _____. Usineiro expropriado – trabalhador recriado. In: *Revista Reforma Agrária*, n.3. Campinas, Abra, 1992, p.74-90.
- _____. Políticas públicas: intenções previstas e desdobramentos inesperados. In: *Anais do XVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu: Hucitec, 1993, p. 46-85.
- _____. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói: EdUFF, 1997a.
- _____. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EdUFF, 1997b.
- _____. Os trabalhadores tangidos pelo gado. *Revista Tempo*, n.4. Niterói: EdUFF, 1999, p. 47-69.
- RAFFESTIN, C. Écogenèse territoriale et territorialité. In: AURIAC, E.; BRUNET, R. (Org.). *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard, 1986, p. 137-185.
- SWARTZ, M. *Introduction. Local level-politics*. Chicago: Aldine, 1968.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1977, v. I e II.

Fontes Jornalísticas

- FOLHA DA MANHÃ, Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro: 18/08/1980, p.8; 18/11/1980, p.3; 9/11/1980, p.5; 10/03/1981, p.3; 4/10/1981, p.3; 26/11/1981, p.4; 12/05/1981, p.4; 18/06/1982, p.4; 04/07/1982, p.3; 25/09/1983, p.4 e 7; 2/10/1983, p.4; 16/12/1983, p.4; 1/01/1984, p.4; 10/01/1984, p.3; 26 /08/1987, p.2; 13/06/1991, p.4; 22/01/2006, p.10.
- MONITOR CAMPISTA, Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro:04/01/1943, p.1.



Abstract – *This article analyses political investments headed by journalists of the regional press towards the construction of a world vision that can mobilize readers' adhesion and consent. That achievement is primarily wrought by the distinguished attention given by agents of the state apparatus to the redistribution of resources, making capitalist accumulation possible, as well as perceived as the generator of effects on the common welfare. Focus is directed to a political context of state intervention, legitimated by technical arguments, based on journalists' discourses depicting the Norte Fluminense as an extensive region branded by poverty, intensified by the federal government's indifference. In the texts analyzed, regarded as the expression of political fights, emphasis is given on the modes of construction of territorialities, synthetic demonstrations of social quarrels.*

Keywords: *political claims; regionalism; journalism; state intervention; system of representations; Rio de Janeiro.*

Resumen – *En este ensayo, se analizan las inversiones políticas capitaneadas por periodistas de la prensa regional en la construcción de una visión de mundo movilizadora de la adhesión y la anuencia de los lectores, pero, sobre todo, de la atención diferenciada de los burócratas del aparato estatal respecto a la redistribución de recursos que posibiliten la acumulación capitalista, acarreadora en tesis de efectos sobre el bienestar común. Se enfoca un contexto político de intervención estatal legitimada por postulados técnicos fundados en discursos periodísticos que intentan hacer que el Norte del Estado de Río de Janeiro sea reconocido como una amplia región, caracterizada por su pobreza, agravada por la falta de atención del Gobierno Federal. Destacan de los textos entresacados cómo expresión de las luchas políticas y los modos de construcción de territorialidades, que son manifestaciones sintéticas de disputas sociales.*

Palavras-clave: *demandas políticas; regionalismo; periodismo; intervención federativa; sistemas de representaciones; Río de Janeiro.*



Notas

- ¹ Sobre o processo de constituição e extinção do sistema colonato na cultura do café no norte do Estado do Rio de Janeiro, ver: Neves, 1999.
- ² Só posteriormente ao período considerado neste artigo, o município de Campos teve seu nome alterado para Campos dos Goytacazes. Por isso, aqui, quando a análise incide sobre o período correspondente, aparece com a nomenclatura da época.
- ³ Trata-se de instituição privada cuja sobrevivência em grande parte dependia e depende de convênios de prestação de serviços para instituições estatais.
- ⁴ Cf. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 18/11/1987, p.1-2.
- ⁵ Portanto, arbitrariamente por mim adotado, em face do tamanho do texto, que corresponde a um artigo.
- ⁶ As instituições antes delimitadas para intervenção no Norte Fluminense, de imediato, redefiniram-se nominalmente. É o caso da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, Regional Norte e Noroeste.
- ⁷ A maior parte dos discursos políticos e de muitas das interpretações qualificadas como acadêmicas sobre os problemas econômicos no estado do Rio de Janeiro comunga com os princípios de interpretação sistematizados na e pela imprensa local. Há recorrentemente uma visão homogênea sobre a estagnação econômica, esvaziamento político, a atividade agropecuária atrasada e expulsora de mão-de-obra, tais quais exaltadas nos textos jornalísticos.
- ⁸ Embora alguns outros jornais guardem em seu título pretensões geograficamente menos abrangentes – *A Cidade* –, ou objetivos menos localizados fisicamente – *A Notícia* –, seus jornalistas não conseguiram concorrer sem aceitar e compartilhar com algumas dessas referências obrigatórias.
- ⁹ Sobre a homogeneidade produzida pela concorrência entre os agentes do campo jornalístico, ver: Champagne, 1990, e Bourdieu, 1996.
- ¹⁰ A análise desses encontros foi por mim apresentada em outros textos, cf. Neves, 1992, 1993, 1997a e 1997b.
- ¹¹ Com exceção do projeto de reivindicação de irrigação massiva, por mim já analisado (Neves, 1987, 1997a), os demais serão posteriormente retomados.
- ¹² Falar do espaço, por consequência, é uma forma que os agentes sociais encontram para compreender a si mesmos (cf. Raffestin, 1986, p.141).
- ¹³ Administrador de empresas, formado pela Fundação Getúlio Vargas, empresário e político filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. (“Agricultura e Comercialização”. *Folha da Manhã*, 12/05/1982, p.4)